Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. ΦPDΦΦ162

1.

I ENCONTRO

DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

RELATÓRIO

SONIA DE ALMEIDA MARCATO

LOCAL: BRASÍLIA - DF

DATA: 11 e 12 DE NOVEMBRO DE 1980.

Acervo ISA

19/12 541

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

RELATÓRIO SOBRE I ENCONTRO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

PARTE I - TRABALHO INTRODUTÓRIO

Segundo as novas abordagens da atual administração da FUNAI, tentando trazer soluções plausíveis para o indigenismo brasileiro, o DGPC, desde o princípio , teve e tem uma preocupação máxima, ou seja, ouvir a comunidade científica interessada, as lideranças tribais, as missões religiosas, com o intuito de receber, acatar e estudar a viabilidade das sugestões apresentadas.

Dentro dessa linha-mestra de pensamento e através de reuniões sucessivas com os técnicos e pessoal diretor, chegou-se à conclusão de que, mais do que nunca, deveria a FUNAI criar condições estruturais para poder dizer o que pretende e o que espera como diretrizes e proposições do pessoal especializado.

Assim foram programados diversos encontros, onde seriam debatidos os problemas que afligem as comunidades indígenas atuais, vítimas da inoperância, do descaso oficial e da sociedade envolvente durante séculos e séculos. Os encontros considerados prioritários foram os específicos, relacionados ao Parque Indígena do Xingu, Kayapó e Parakanã.

Acervo ISA

O I Encontro do Parque Indígena do Xingu, atendendo à solicitação do membro do Conselho Indigenista, Profa. CHARLOTTE EMMERICH, foi considerado prioridade nº 1, dada a carga de problemas recentes envolvendo o referido Parque. Seus objetivos básicos foram:

1. levantar aspectos relevantes da problemática Xinguana;
2. fornecer subsídios para a ação administrativa da FUNAI.

A primeira etapa, depois de definidos os dias - 11 e 12 de novembro -, foi listar o pessoal participante, todo ele com larga tradição de trabalho e pesquisa na área xinguana. Desta forma, foram solicitados e convidados:

- profa. Charlotte Emmerich, linguista do Museu Nacional;
- prof. Anthony Seeger, antropólogo da mesma instituição;
- profa. Carmen Junqueira, antropóloga da PUC-SP;
- prof. Olympio Serra, ex-administrador do PQXIN e atual diretor do CNRC, Brasília;
- prof. George de Cerqueira Leite Zarur, do CNPq;
- Orlando Villas Boas, sertanista e ex-administrador do PQXIN;

- José Hirata, odontólogo da USP;
- prof. Pedro Agostinho, antropólogo da UFBa;
- comandante Roberto C.I. dos Guaranys, do PARASAR;
- médico Roberto Baruzzi, da EPM;
- Francisco de Assis Silva, atual administrador do PQXIN.

O Diretor do DGPC, IVAN ZANONI HAUSEN, designou-me como coordenadora do Encontro, tendo atuado como "public-relations" e encarregada dos contatos externos a servidora do Conselho Indigenista NEUZA MARIA SANTOS, preocupando-se com todos os aspectos de som, instalações e infra-estrutura a servidora da ACS LUCIA MARIA FREITAS PASSOS.

Segundo a agenda proposta pelo DGPC, o I Encontro do Parque Indígena do Xingu teria como atividades no dia 11 de novembro, na parte da manhã:

- abertura pelo Sr. Presidente da FUNAI;
- orientação geral dos trabalhos pelo Diretor do DGPC;
- exposição sobre a situação atual do PQXIN.

No dia 12 de novembro, à tarde, seriam abertas, em mesa redonda, as discussões em torno do temário, a fim de que tanto os convidados quanto o pessoal da FUNAI pudessem expor suas idéias, sugestões e críticas.

Cada participante receberia, no dia da abertura dos trabalho, uma pasta contendo o material a ser discutido, dados sobre o PQXIN-FUNAI, a carta do antropólogo PATRICK MENGET, artigo da NEWSWEEK - DRUMS ALONG THE XINGU, além de pequeno mapa da área.

No dia 11/11/80 instalaram-se os trabalhos, com a presença de todos os convidados, além do pessoal da FUNAI. A abertura do Encontro deu-se às 8h30m, no Auditório da SUDECO, Edifício MINTER, 10º Andar Brasília.

Segundo a pauta de trabalho, exporiam suas vivências no PQXIN e na administração dos mesmos os seguintes convidados: Francisco de Assis Silva, atual administrador do Parque; o comandante Guaranys, da FAB-PARASAR; o assistente do DGO, Walter da Silva; o sertanista e membro do Conselho Indigenista, Orlando Villas Boas; o médico-diretor da EPM, Roberto Baruzzi, o venerando funcionário do SPI, Dr. Nilo Veloso e a Profa. do Museu Nacional Charlotte Emmerich.

O Presidente da FUNAI, na abertura do Encontro, deixou implícito em sua fala que o mesmo seria de alta valia no âmbito das contribuições e sugestões dos convidados, a fim de que as atuação administrativa do órgão pudesse se adequar, na medida do possível, às soluções propostas. O grande beneficiado teria que ser o índio xin

guano, dono de cultura "que deve ser preservada". Abordou também o problema da pesquisa na área do Parque e afirmou que tinha suspendido a presença dos pesquisadores a pedido da própria comunidade e apoiado pelo Conselho Indigenista. E continou:

"Há muita pesquisa no Xingu. Todo mundo é interessado no Xingu, mas estão perturbando demais o índio. O índio não quer mais. Não quer saber de fotografia, de filmagem (...) Estão sendo transtornados, muito tensos" (1).

Tomando a palavra com a finalidade precípua de orientar os trabalhos, o Diretor do DGPC, IVAN ZANONI HAUSEN, afirmou que no Encontro a FUNAI pretendia falar o mínimo possível e ouvir muito. Explicou a seguir qual seria a orientação dos trabalhos previstos, quais seriam as exposições na parte da manhã do dia 11, o que se faria à tarde e como se encerrariam os trabalhos no dia seguinte.

A exposição do administrador do PQXIN, Francisco de Assis Silva, foi no sentido de apresentar os problemas sugeridos na agenda através de síntese global. Assim, defendeu e relatou:

---

1 - Enquanto isso publica a FSP, 12/11/80, p.6.: "Antropólogos só atrapalham, afirma FUNAI". Vide a nota apêndice.

1 - a necessidade e a realidade da superposição, no Xingu, da administração e da chefia do PI Leonardo;

2 - a vinculação logística São Paulo - Parque, nascida da maior facilidade de contato por rádio e via FAB entre aqueles dois pontos mencionados;

3 - contratação de pessoal regional para a área do Parque, mas sabendo de antemão que "ali não existe pessoal pré-qualificado";

4 - a constatação da realidade do PQXIN e de suas dificuldades pelos antropólogos que, além de causarem dispêndios à administração, i.e., suprimento de combustível, só sabem ver ou criticar o lado negativo da questão;

5 - sua preocupação para com o aspecto pesquisa, com os resultados práticos da mesma, pois os cientistas sociais "enxergam somente aquilo que lhes interessa" (p.8);

6 - a presença da FAB-PARASAR na área: "Se não fosse a FAB, que seria do Xingu?" (p.9).

A crítica mais acerba foi com relação à atuação da Equipe Volante de Saúde, da FUNAI: "Ninguém dá valor à nossa EVS".

A seguir o tenente Coronel da PARASAR, Roberto Câmara dos Guaranys, apresentou os seguintes pontos de destaque:

1 - que o PARASAR tem como uma de suas finalidades básicas a promoção de instrução de sobrevivência na selva;

2 - que o PARASAR foi criado para atender o BRASIL e os brasileiros, índios ou civilizados, sem nenhuma discriminação;

3 - que o pessoal do PARASAR, baseado nos ensinamentos dos irmãos Villas Boas, aprendeu a viver, a entender e a conviver com o índio, vendo nele um irmão;

4 - que o PARASAR nunca utilizou o elemento indígena como mão-de-obra:"índio nunca trabalhou para nós. Nem nós nunca trabalhamos para o índio.Sempre trabalhamos juntos" (p.12);

5 - que era normal o oferecimento de rações balanceadas e liofilizadas aos índios, pois se aproximavam do pessoal, "comendo nossa comida, tranquilidade, tendo a nossa assistência médica, o reparo de suas embarcações, o reparo de seus motores" (p.15).

A exposição do assistente do DGO, Walter Prates de Oliveira, se prendeu às dificuldades enfrentadas pelo órgão no casa específico do Xingu. Explicou que a política indigenista atual se preocupa em ver cumprida a Lei nº 6001, o Estatuto do Índio, enfrentando no entanto uma série de dificuldades. O Parque, disse, "aparentemente é fácil de ser administrado, mas só quem penetra, quem vive o dia-a-dia, só quem batalha ali dentro é que conhece as adversidades, não só da natureza, as epidemias, as doenças, o abastecimento da área, a ausência de meios de recursos" (p.18).

Falando em primeiro lugar sobre a estrutura administrativa do Parque, considerou procedente a superposição administrador-chefe de posto no PI Leonardo, por ser impossível ao primeiro trabalhar e dar assistência a toda a área Xinguana e, concomitantemente, ao PI.

No tocante ao aspecto apoio logístico disse acreditar que, a partir do desenvolvimento das cidades mais próximas, inclusive pela diminuição dos custos operacionais, "já se pode, hoje em dia, estudar o novo modelo apoio logístico do Parque", sem descartar a hipótese do eixo SP-XINGU. Frisou o caráter indispensável da pesquisa, para que a FUNAI possa adequar-se às soluções e propostas dadas pelos especialistas na área.

Acentuou a dificuldade de comunicação via rádio com o PQXIN, no que se refere a Goiânia e Brasília, entravando ações contínuas e imediatas por parte da FUNAI, quando do surgimento de casos ou necessidades urgentes. Com respeito ao dispêndio com pesquisadores na área, havendo raras e elogiosas exceções, a FUNAI tem que arcar como o ônus de sua presença - combustível e alimentação -, trazendo gastos inesperados ou imprevistos.

Referiu-se aos problemas relacionados com o limite norte do Parque, ao abandono e inutilidade da BR-080, dando por encerrada sua exposição.

Usou da palavra, a seguir, o sertanista Orlando Villas Boas, que historiou sua presença e participação na história do PQXIN, remontando aos tempos de João Alberto, da Fundação Brasil Central (FBC) e das lutas intertribais na região. Segundo suas palavras, a expedição de que fez parte - com o objetivo precípuo de desbravamento e de colonização - abriu 36 campos de pouso e, a partir do contato com os grupos indígenas, surgiu o desejo de se criar um parque nacional do xingu, idéia compartilhada por Pedro Lima, Eduardo Galvão, José Maria da Gama Malcher, Darcy Ribeiro, Noel Nuttels e outros. Falou Orlando sobre a necessidade do engajamento de outros setores da sociedade nacional para apoio assistencial, tendo sido chamados o

SUSA - Serviço de Unidade Sanitária Aérea -, a Escola Paulista de Medicina, o PARASAR. Sobre a atuação desse último disse não ter-se arrependido, "não só pelas pessoas que participaram e que participam ainda do PARASAR, como pelo trabalho magnífico feito naquela área" (p.33).

A sua consideração maior foi em torno de seu ponto de vista, qual seja, a não integração do indígena Xinguano à sociedade envolvente, "porque não há lugar para o índio na sociedade brasileira de hoje, como não há lugar para o favelado, como não há lugar para o menor" (p.38). Diz que os "salvadores de índios", ou seja, toda a sociedade majoritária que os cerca, devem meditar profundamente sobre o sentido da "integração", dada a ameaça que paira sobre essa gente.

A partir da exposição de Orlando Villas Boas tomou a palavra o médico Roberto Baruzzi, da EPM, que fez a apologia da crítica construtiva como fator de crescimento do órgão destinado à proteção e integração do índio, além de destacar o papel da FAB no processo de atendimento ao indígena brasileiro. Frisou a atuação da EPM no campo da medicina preventiva, mostrou a vinculação natural Xingu - São Paulo, através mesmo da própria FAB. Defendeu a pesquisa na área médica, mas propugnando caber à FUNAI as diretrizes, as necessidades básicas, as

regras do jogo. Considerou a pesquisa pura na área da Medicina um subproduto da atuação profilática, no caso específico do Xingu, dizendo ademais ser a pesquisa útil e necessária (p.45).

Falou o Dr. Baruzzi da participação de um corpo mutável - estudantes de últimos períodos e médicos recém-formados na equipe de trabalho - além de um corpo estável da EPM, e de sua atuação no atendimento aos índios Xinguanos, referindo-se ademais às outras regiões atingidas pelo trabalho, onde quer que haja a necessidade de sua presença.

Considerou Baruzzi, em termos genéricos, o quão é indispensável o trabalho e a colaboração de todas as entidades científicas não apenas a FUNAI, no trato com a problemática do Xingu. Também defendeu o direito e a necessidade da crítica construtiva, sem a qual qualquer trabalho corre o risco da estagnação e da improficuidade. Segundo ainda sua linha de pensamento, para encerrar sua preleção, todos nós, envolvidos na problemática Xinguana, devemo-nos unir para que"(...) possamos então, chegar a um entendimento e traçar aquela política que a FUNAI deseja e que todos que se interessam pelo índio esperam, uma política clara, definida, e que proteja realmente essa política que foi aqui delineada pelos Villas Boas" (p.47).

A seguir veio o pronunciamento do Sr.Nilo Veloso, ex-funcionário do SPI, que fez a defesa do órgão imaginado e implantado pelo Gal. Cândido Mariano da Silva Rondon, ao dizer que o SPI não foi o único responsável pelos erros e omissões no atendimento ao índio brasileiro. Fez uma retrospectiva do Xingu que conheceu, nos idos de 1942 a 1944, dizendo das dificuldades e trabalhos por ele enfrentados. Com duras críticas à política indigenista, principalmente no que se refere à "integração", destacou no entanto o espírito e orientação humanitárias de Rondon e sua equipe, destacando ademais o grande espírito societário das nações indígenas Xinguanas à época dos primeiros contatos. "Não encontramos naquela área um só índio, uma só criança abandonada, nem tampouco um velho abandonado, eles nos davam lições de comunidade, de como viver, de como tratar aqueles que pertenciam à sua tribo" (p.49). Discordou da chamada "pacificação indígena", chamando-a de crime e de mentira, pelo caráter inicial que assume: dá todos os brindes na etapa de pacificação, tira tudo após, convertendo o índio em eterno pedinte, um esmoler, um pária social. Concluindo seu pensamento, afirmou que o único meio de o índio conservar-se digno e íntegro seria a criação de parques indígenas, a fim de que seja preservado como etnia e como cultura.

Citou o caso de desagregação interna e externa do Xavante, grupo que conheceu na sua pujança à época da pacificação, hoje mero joguete nas mãos de interesses outros, inclusive políticos.

Defendeu a autonomia da FUNAI com relação ao MINTER, subordinada diretamente à Presidência da República, como única forma de solucionar os problemas de autonomia do órgão, posto que a FUNAI "tem por dever e por norma manter essas áreas intocáveis, para que sobreviva a raça indígena" (p.54). E se perguntava, diante do cabedal de problemas:

"(...) será que a FUNAI vai ter força necessária para coibir tudo isso?. Será que as lutas pequenas que se desenrolam dia-a-dia não perturbam a administração da FUNAI?" (p.55).

Referiu-se ao problema das missões religiosas, dizendo que não temos fé suficiente para impingir aos índios um Deus Nosso, pois somos incrédulos quanto à fé que professamos e quanto ao Deus que dizemos abraçar. "Acredita que o Xingu que conheceu não é mais do Xingu de hoje, por causas óbvias. E não aceita a figura do índio esmoler, que vive pelos corredores da FUNAI a mendigar sapatos, calças, camisas: "Eles não são mendigos e vêm mendigar na sua própria terra"(p.57).

Afirmou, ao referir-se ao "caso Juruna", que o problema do índio é do Brasil e não da Europa e que, em caso de julgar as atitudes do governo para com o índio, caberá apenas ao país tal julgamento, pois o tribunal Bertrand Russel "não tem autoridade nem força para julgar o nosso índio" (p.61).

Finda a sua exposição tomou a palavra o Diretor do DGPC, que reiterou a posição atual da FUNAI em ter um suporte teórico e prático para a ação indigenista, sem minimizar esta ou aquela parte. Deu outrossim por encerrados os trabalhos daquele período, esclarecendo que a tarde do dia 11 se desenvolveria em torno de plenário a nível de convidados, onde seriam discutidas as questões em pauta.

PARTE II - DISCUSSÃO DOS TEMÁRIOS

DIA 11/11/80, 14h30m

A mesa, instalada às 14h30m do dia 11/11/80, foi composta pelos seguintes membros:

- Ivan Zanoni Hausen;
- Carmen Junqueira;
- Charlotte Emmerich;
- Roberto Baruzzi;
- Roberto da Câmara Guaranys;
- Olympio José Trindade Serra;
- Anthony Seeger;
- George Leite Zarur;
- José Hirata;
- Orlando Villas Boas;
- Francisco de Assis Silva;
- Walter Prates de Oliveira;
- Pedro Agostinho;
- Sonia de Almeida Marcato.

Acreditamos que, para a FUNAI, foi de grande valia a participação e envolvimento dos convidados com a área xinguana, dado o nível de informação de que eram portadores e sua visão global do problema. Mais que tudo, além disso, foram as interferências positivas de três admi

nistradores do Parque: o atual, Francisco de Assis Silva, e os anteriores, Olympio Serra e Orlando Villas Boas. A despeito de quaisquer rivalidades pessoais acaso existentes, foi de alto nível o debate, pois o que interessava em primeiro lugar era a causa indígena e a maneira de tornar mais eficaz a atuação da FUNAI em termos de PQXIN e, quem sabe, extrapolar as diretrizes e sugestões da mesa para as áreas indígenas brasileiras de maneira genérica.

Dando início aos trabalhos e dentro das recomendações da pauta, o Diretor do DGPC solicitou aos participantes que abordassem os cinco temas incluídos na programação, ou seja, aspectos da administração, da saúde, da cultura, da educação e da comunicação no Parque. A seguir passou a palavra à conselheira Charlotte Emmerich, responsável em parte pelo desencandeamento da reunião sobre o Xingu, haja vista que foi sua apreensão relativa à área, após recente viagem, que fez nascer a idéia de um Encontro desse teor.

Pôde Emmerich avaliar in loco a situação de tensão no Parque, por isso imaginou um encontro onde pudessem ser debatidos os problemas e indicadas as soluções, acrescentando: "Em momento nenhum houve o propósito de se levar esta discussão ao nível de denúncia, ao nível de crítica pessoal, ao nível de discórdia" (p.66), dizendo

esperar da reunião resultados concretos e positivos para a sociedade indígena. Para isso não se poderia seccionar o "problema" em áreas estanques e sim repensar globalmente o Xingu.

O Diretor do DGPC, a seguir, falou da validade do Encontro, que habilitaria a todos no sentido de efetuar uma diagnose do Xingu, e a partir de então propor-se a FUNAI a traçar uma diretriz e um plano de ação para aquele parque indígena. Dentro de sua intervenção, são pontos de destaque:

1 - o Convênio com a Universidade de Viçosa e o trabalho desenvolvido pelos agrônomos no PQXIN;

2 - necessidade de se estudar um sistema educacional para o Xingu a partir do ensino bilingüe;

3 - o Convênio com a Escola Paulista de Medicina c deverá ser revisto;

4 - o pesquisador tem uma atração quase mística pelo Xingu, embora se concentre mais nos grupos Waurá e Kamayurá;

5 - as festas e cerimoniais coletivos xinguanos estão perdendo sua força, sendo hoje o futebol o lazer preferido dos indígenas;

6 - o PQXIN tem mais ligação com São Paulo do que com Brasília, havendo pois um eixo administrativo - BSB-XINGU - que não coincide com o eixo cultural - SP-XINGU.

Na intervenção inicial da profa. Carmen Junqueira - PUC-SP - destacaram-se os seguintes pontos , abaixo enumerados:

1 - o importante é salientar que o antropólogo deseja, antes de tudo, defender e proteger o indígena como indivíduo e como comunidade e que defender não significa transformá-los naquilo que nós somos" (p.77);

2 - deve-se pensar, e muito, antes de introduzir alguma pauta econômica exógena no Xingu, pois o efeito poderá ser prejudicial ao índio;

3 - a expansão das ditas fronteiras de civilização, diretamente em contato com as sociedades indígenas, exigirá da FUNAI uma "posição muito firme ao lados dos índios" (p.80).

Tomando a palavra, o antropólogo Pedro Agostinho, da UFBa, afirmou:

1 - a região xinguana deverá ser considerada como um todo indistinto, complexo, um sistema onde grupos tribais estabelecem relações intertribais e conexões sistêmicas integradas;

2 - as relações intertribais (ou qualquer aspecto meramente social) no Alto Xingu se vêm modificando no decorrer dos anos, da mesma forma que se alteram as condições ambientais.

Em seguida o antropólogo George de Cerqueira Leite Zarur, após agradecer o convite da FUNAI para participar do I Encontro PQXIN, disse ser relevante o fato de se discutir o Xingu em benefício dos índios seus habitantes. Completando a exposição de outros participantes, disse que:

1 - a infra-estrutura de um posto não é o elemento principal nem primordial da assistência ao índio;

2 - existe toda uma discordância em termos de ação indigenista, entre o pessoal que conhece e vive a situação do indígena e o que planeja administrativamente - no que toca à eficácia de atuação em posto indígena, p.ex.,- ficando o

*-Com o que concordou Villas Boas, que corroborou: "Nós, por exemplo, durante todo o tempo que vivemos no Xingu, nunca deixamos que entrasse por exemplo um milho, para que nunca se quebrasse a cultura antiga do milho" (p.79)

índio prejudicado à luz desse conflito, por melhores que sejam as intenções dos administradores.

A intervenção do prof. Olympio Serra , ex-administrador do Parque do Xingu, caracterizou-se pelo espírito de tolerância, abnegação em torno da questão indígena e crença na compreensão humana.

Sua exposição se fundamentou nos seguintes pontos:

1 - as modificações advindas no Xingu graças às diferentes agências ou frentes de contato devem ser repensadas e estudadas;

2 - as invasões se tornam mais e mais frequentes , devido ao adensamento das áreas pioneiras, "algumas inteiramente fora de qualquer controle " (p.87), como é o caso das fazendas 7 de Setembro e do Tanguro, além de povoados como o de Paranatinga;

3 - a sua preocupação com os projetos desenvolvimentistas na área, como a barragem a ser construída pela ELETRONORTE no Xingu, capazes de alterar substancialmente o ecossistência regional e, com isto, interferir na cultura Xinguana como um todo.

Após vieram as palavras de Walter Prates de Oliveira, do DGO, que se referiu às reivindicações das lideranças indígenas quanto à implantação de um sistema escolar para a área Xinguana, confirmadas por Baruzzi. O médico da EPM, falando especificamente sobre o aspecto saúde, disse que:

1 - a população xinguana, até o momento, é auto-suficiente no que se refere à alimentação, com excelentes condições de nutrição, o que torna desnecessária a introdução de padrões alimentares outros e que tornem aquela população dependente de um mercado ou fornecimento externo;

2 - o leite artificial - mamadeira, maizena, mucilagem e outros - deve ser proibido, pois não faz sentido tornar a índia dependente de um artifício que hoje é tão combatido pela ciência moderna, no tocante à saúde do neonato, e/ou lactante;

3 - o índio Xinguano não é mais um ser isolado, responde aos apelos da sociedade nacional, apelo esse irreversível, havendo necessidade de que nós compreendamos que essa mudança e influência são irreversíveis.

A profa. Emmerich frisou, em seguida, a sua experiência no setor cultural Xinguano, destacando o experimento de educação bicultural - e não bilingüe -, altamente positivo quanto aos seus resultados, pois não provocou um corte cultural nem uma interrupção de valores. Disse que não são as condições de infra-estrutura as responsáveis por melhores ou piores frutos no campo da educação, destacando que a parte material é a mais irrelevante, o que foi confirmado por Zarur no seu exemplo sobre as escolas do Bananal à época em que as conheceu (p.97).

Resumindo o que foi discutido ao longo da mesa-redonda vespertina, temos os seguintes pontos a destacar:

1 - o grupo ou grupos indígenas, a partir do instante em que passam a depender da importação de fontes de energia - alimento e combustível - , se articulam de tal modo à sociedade nacional e alteram sobremaneira o sistema de produção tribal que tal situação "pode ter efeitos catastróficos sobre o índio" (Agostinho, p.98-99);

2 - a escola, para o índio, significa uma unidade pedagógica - é a totalidade das pessoas que compõem a estrutura de um posto - capaz de dar ao

grupo indígena mecanismos que lhe permitam conhecer melhor a sociedade envolvente e com ela lidar;

3 - deve-se adequar a estrutura administrativa da FUNAI à realidade cultural indígena e não a situação oposta;

4 - a solução para a administração do PQXIN seria a criação de diversos postos, Diauarum, Kretire, Jarina, todos subordinados a uma Superintendência Geral, tendo à frente um índio integrado, ou seja, uma ajudância independente do PQXIN ou pelo menos uma diversificação da política indigenista atendendo às características particulares Norte-Sul, o parque funcionando como um todo;

5 - não há necessidade de se desvincular Kayapó do Xingu, pois a solução de continuidade traria prejuízos de toda natureza para os índios. Os Kayapó do Xingu, Mentüktire ou Txucarramãe , mantêm, por exemplo, mecanismos de integração com os demais Kayapó rio abaixo e que devem ser estimulados;

6 - é essencial controlar as situações diversas de

contato entre índios e sociedade nacional, impedindo-se a invasão do território indígena por essas mesmas frentes pioneiras;

7 - a indefinição do limite norte do parque é a grande responsável pelos conflitos surgidos recentemente entre Kayapó e sociedade nacional, quando se deu o denominado "massacre"do Xingu;

8 - a administração da FUNAI deve, acima de tudo, fazer a defesa irrestrita da fronteira indígena, inclusive criando cinturões de segurança para evitar conflitos como os que ocorreram no Kretire, num papel realmente de defesa e não de conciliação;

9 - a FUNAI, ao pensar em demarcação de terras indígenas, genèricamente, deve considerar quais sejam aquelas áreas de utilização econômica crucial para o grupo indígena que delas necessita;

10 - é preciso que a FUNAI atente para a construção prevista pela ELETRONORTE de barragem no Xingu, o que trará modificações irreversíveis para o ecossistema e para as populações tribais do PQXIN.

A seguir o Diretor do DGPC, tomando a

palavra, deu por encerrada a mesa-redonda e informou a seus membros que, dentro da filosofia do Encontro, seria facultada aos participantes a plena liberdade para comporem as comissões, assegurando-lhes que não haveria necessidade de se cumprirem os tópicos estabelecidos em pauta. Cada comissão que se constituísse se prenderia aos aspectos que lhe parecessem mais relevantes, frisando entretanto que cada grupo incluiria um ou dois elementos de ligação, egressos do quadro da FUNAI. Após as discussões pertinentes e justificativas necessárias, compuseram-se os grupos de trabalho para o dia seguinte, 12/11/80, e que iniciariam suas atividades às 8h30m da manhã.

As comissões foram assim constituídos:

COMISSÃO DE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS

Componentes:

- Carmen Junqueira (Relatora)
- Anthony Seeger
- Dolores Cornélia Pierson
- Neyde Dal Poz de Britto
- Sonia de Almeida Marcato

COMISSÃO DE ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

Componentes:

- Walter Prates de Oliveira (Relator)
- Francisco de Assis Silva
- Roberto Câmara L.I. dos Guaranys
- Olympio José Trindade Serra
- José M. Hirata
- Aritana Yawalapiti

COMISSÃO DE ASPECTOS DE SAÚDE

Componentes:

- Roberto Baruzzi (Relator)
- Regina Aparecida Polo Müller
- Aldo Olmos Molina

- Wagner Joaquim H. Mendonça
- Deurides Ribeiro de Abreu
- Maria Barreto de Figueiredo

COMISSÃO DE ASPECTOS DE EDUCAÇÃO

Componentes:

- Charlotte Emmerich (Relatora)
- Delvair Montagner Melatti
- Lydia Gomes Dias Pinheiro
- Gedeão Ferreira de Morais
- Marcos Antônio do Espírito Santo
- Wagner Luiz Vieira

COMISSÃO DE ASPECTOS COMUNITÁRIOS

Componentes:

- George de Cerqueira Leite Zarur (Relator)
- Ana Maria da Paixão
- Cícero Cavalcante
- Jeronymo Luisello Teixeira Vianna
- Pedro Manoel Agostinho da Silva
- Vicente Luiz de Almeida
- Raoni Txukarramãe

Acredito que a FUNAI, patrocinando o Encontro do Xingu, colherá dividendos altos pela política de aproximação e acatamento dos cientistas sociais vindos de diversas regiões brasileiras. É necessário ouvir o pesquisador, o especialista cônscio de seu papel de vetor de mudança social. Principalmente quando esses estudiosos, envolvidos na causa indígena, possam dar o melhor de si se tratando de resolver ou solucionar problemas que dizem respeito aos grupos tribais brasileiros.

Comentando a mesa-redonda, digo ter sido de alto nível o debate, havendo a intenção de todos em participar ativamente, sem a preocupação com estrelismos de qualquer natureza. Com isto os trabalhos foram profícuos, as soluções nascendo do debate. Foi perceptível a necessidade de se modificar a estrutura administrativa do PQXIN, sendo também generalizada a defesa da não-desvinculação da área norte do Parque - território Kayapó -, além de se orientar a FUNAI no sentido de proteger toda a fronteira indígena do avanço civilizado.

Com relação aos trabalhos do dia 12/11 e seus resultados, pode-se dizer que foram o fruto do dia anterior. É de crer que o espírito amadurecido e o conhecimento específico da área Xinguana fizeram com que as comissões se desembaraçassem com eficiência de sua

tarefa. Pela manhã reuniram-se os grupos, em salas distintas, para tratar cada qual de seu tema específico. Em sessão da tarde, após abertos os trabalhos pelo Diretor do DGPC, as comissões apresentaram o seguinte resultado e sugestões:

COMISSÃO DE SAÚDE:

1 - a população xinguana, em condições satisfatórias de saúde, é auto-suficiente quanto à alimentação, o que a torna independente do mercado externo nesse setor;

2 - embora se tenha alcançado um bom grau de imunização e de controle de determinadas enfermidades - malária, TB, -, há necessidade de frequente observação e atualização;

3 - a cárie dentária e sua alta incidência só poderão ser controladas e minimizadas mediante ação profilática e tratamento constante;

4 - é necessário que a FUNAI e a EPM congreguem esforços e objetivos em prol da saúde do índio xinguano, incluindo-se no caso o intercâmbio de informações; daí sugerir-se a revisão e supervisão da prática do convênio entre ambas as entidades;

5 - necessidades básicas: apoio logístico e condições mínimas de infra-estrutura, i.e., geladeira para conservação de vacinas. O documento não foi assinado pelo pessoal da FUNAI: Regina Aparecida Polo Müller, Deurides Ribeiro de Abreu, Maria Barreto de Figueiredo.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A questão fundamental foi a da inserção da economia indígena na economia de mercado regional e nacional, chegando às seguintes conclusões básicas e imediatas:

1. - os índios xinguanos necessitam, antes de tudo, de uma orientação no sentido de se inserirem satisfatoriamente no sistema de mercado neo-brasileiro, pois:

a - estabeleceram, desta ou de outra maneira, sistemas de dependência com a sociedade envolvente (doações, troca, compra) através da FAB, FUNAI, fazendeiros, visitantes, pesquisadores;

b - o coeficiente de tensão área indígena x área de ocupação civilizada vem crescendo ao longo dos anos, com o adensamento

das frentes pioneiras, o que torna urgente um maior preparo e adequação dos grupos Xinguanos para as situações de contato interétnico;

c - não se devem introduzir pautas culturais neo-brasileiras que sejam inadequadas ou danosas às comunidades indígenas, quer seja no campo social ou econômico:

"A mudança econômica deve dirigir-se não a uma produção em escala empresarial, mas à criação de uma economia de subsistência capaz de produzir excedentes para o mercado, destinados à aquisição de bens indispensáveis, o que significa a transição para uma economia do tipo parcialmente componês" (p.169).

2 - RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

a - educação global, sem o sentido de escola formal, levando-se em conta o PI como agente educativo;

b - economia basicamente xinguana, sem interferências protecionistas ou civilizadas e sem caráter empresarial que possam levá-la a uma dependência crescente daquilo que se produz além da fronteira xin

---

* Grifo meu

guana e, se necessário, a introdução de produção agrícola ou artesanal que não fira a autonomia dos grupos locais, i. e., artesanato e fruticultura;

c - a participação dos indígenas em quaisquer comissões ou grupos que tenham poder decisório sobre implantação de projetos de desenvolvimento comunitário na área xinguana;

d - a cantina formal deve ser desestimulada, posto que a aquisição de produtos ou bens civilizados deve ser informal, junto ao PI;

e - as pesquisas são necessárias, condição sine qua non para melhor conhecimento e apoio aos grupos indígenas xinguanos em particular, e do Brasil em geral; devem ser amplas, abrangendo todos os níveis de conhecimento, desde que revertam em benefício da comunidade indígena;

f - todos os indígenas e seus territórios, inclusive os de perambulação - aqui se colocando a área do Capoto (campo) - de

vem ser preocupação da FUNAI e, mais que nunca, deverão ser feitos estudos sistemáticos para redefinição de limites, aqui se incluindo o apoio da aerofotogrametria, além de sua intransigente defesa, ouvidas as aspirações das comunidades quanto aos seus limites;

g - instalações de poços artesianos e de bombas hidráulicas devem ser desestimulados, posto que não correspondem às primordiais necessidades dos grupos indígenas xinguanos;

h - não se pode isolar o "problema" Kayapó do restante da área dessa nação, mesmo que esteja além do território delimitado do PQXIN, pois os Kayapó constituem uma unidade étnico-cultural, daí ser improcedente a desvinculação de uma e outra parte, administrativa e étnicamente falando;

i - deve ser constituído um Conselho Assessor do PQXIN formado por: antropólogo indicado pela ABA; lingüista indicado pela ABL; ecólogo; médico indicado pela EPM.

Tal conselho deverá, em casos específicos, solicitar pareceres e contribuições do Administrador do PQXIN, ASPLAN em de todos os órgãos que compõem a FUNAI, "a fim de que seja mantida a visão de conjunto na abordagem das questões setoriais "(p.175);

j - devem ser incentivados e promovidos convênios bi ou multilaterais entre FUNAI e organismos assistênciais e de pesquisa, tais como universidades, entidades científicas, museus, etc., desde que o beneficiado seja o índio e sua comunidade.

COMISSÃO DE ASPECTOS CULTURAIS

O relator da Comissão, profa. Carmen Junqueira, da Pontifícia Universidade Católica de SP., condensou seus trabalhos nos seguintes itens:

1 - que, em virtude da abrangência do tema, a Comissão houve por bem titular-se "Comissão de Aspectos Sócio-Culturais e Políticos" , dada a visão que tinham da problemática Xinguana como um todo;

2 - os territórios tribais, dentro da área admi

nistrativa do PQXIN, são claramente delimitados e reconhecidos em sua invidualidade pelos grupos tribais que lá habitam;

3 - os índios são os grandes conhecedores e entendedores das relações sociais que os regem, sem necessidades da presença "esclarecedora" da sociedade civilizada;

4 - embora os contatos com a sociedade envolvente sejam irreversíveis, devem ser desestimulados através de ação positiva da FUNAI (p.178), aqui se incluindo visitantes dos mais diversos naipes e quilates, salvo em se tratando de pesquisadores que, através de seu trabalho contribuam eficaz e efetivamente para o melhor conhecimento e bem estar das populações xinguanas;

5 - o CNPq terá a idoneidade necessária, juntamente com a FUNAI, para esclarecer o caráter científico ou não de uma pesquisa em área xinguana ou outra qualquer, ouvida a comunidade indígena, inclusive;

6 - "tendo em vista a complexidade social, cultural e política do Parque, recomenda-se que

haja uma alteração na estrutura formal da administração do Parque, a qual deveria ter um Diretor que cuidasse dos assuntos cotidianos, junto com uma equipe técnica e os índios"(p.179);

7 - *os problemas relacionados com a sociedade envolvente ou projetos comunitários devem ser tratados a parte, com o auxílio de um Conselho Diretor, conforme especificação da p.179; a demarcação das terras é condição sine qua non para a sobrevivência e integridade das populações indígenas;*

8 - *a vigilância dos limites das áreas indígenas, i.e., PQXIN, são imprescindíveis, devendo a FUNAI exercer seu poder de polícia em defesa de seus tutelados, os índios brasileiros:*

"Somente uma vigilância continuada, regular, pode detectar os pontos críticos"(p.181), vigilância essa que deve ser estimulada para partir dos próprios índios, apoiados pela entidade FUNAI;

9 - *a FAB, como instituição incompatível e alheia à vida das comunidades indígenas, deverá ser tolhida em suas atividades dentro*

da área indígena xinguana;

10 - os indígenas, diante dos projetos comunitários a serem criados, devem participar efetivamente das decisões que afetam os grupos tribais locais, serem ouvidos pela FUNAI e pela comunidade científica, no tocante à necessidade e sua participação nos projetos a serem implantados, o que funcionará de maneira didática e eximirá a FUNAI do compromissos paternalistas;

11 - criação de uma Central de Informações e de Documentação acerca do índio Xinguano em particular e do indígena brasileiro em geral, capaz de, aberta à comunidade científica nacional, internacional e indígena, funcionar como "recurso dinâmico para auxiliar a avaliação da política, permitindo maior eficácia ao futuro planejamento e ações"(p. 184).

COMISSÃO ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

As conclusões relativas à Comissão supra se alinham, pela ordem, da seguinte maneira:

Acervo ISA

1 - a superposição administrativa chefe de P.I. administrador tem mais características externas do que internas; embora tenha se criado o PQXIN sob bases ultra-promissoras para o indigenismo nacional, "arca hoje com ônus de interesses os mais variados" (Walter Prates de Oliveira, assessor do DGO, p.185);

2 - o indígena deve ser, paulatinamente, incentivado a participar da administração do PQXIN opinando através das lideranças comunitárias tribais sobre os destinos de seus grupos;

3 - é necessário ativar a radiocomunicação do PQXIN em todo o seu real dimensionamento logístico - SP-PQXIN-BSB;

4 - convênio com FAB, a fim de que seja utilizada a aeronave da rota Cumbica-Xingu, além de manutenção de rota permanente para o Xingu (apoio logístico e abastecimento), para que seja facilitado o apoio assistencial (p.186);

5 - necessária a reformulação de convênios entre FUNAI e demais pessoas e entidades, físicas e jurídicas, visando melhor assistência ao índio xinguano;

6 - o pessoal administrativo lotado nos postos e desempenhando quaisquer papéis nos quadros funcionais da FUNAI, deve ser orientado e sensibilizado no sentido de maior compreensão da causa indígena como um todo, momente no tocante às peculiaridades de "caso" Xinguano;

7 - demarcação da área ao norte da BR-080, fator de conflitos constantes e que podem assumir gravidade maior que a do "problema" Mentlkti re ou Gorotire; a FUNAI, caso constate a presença de invasores de qualquer espécie, deve tomar as medidas cabíveis no caso;

8 - os líderes indígenas deverão ser instruídos e orientados no sentido de fiscalizarem eles próprios os limites do parque e detectarem possíveis invasores, cabendo à FUNAI, a posteriori, acionar o poder de polícia segundo o espírito da Lei nº 6001.

Por haver discordância entre os membros da Comissão, Serra e Hirata fizeram em separado uma declaração de voto, que é do seguinte teor:

"Conquanto historicamente a Força Aérea Brasileira tenha sido fator preponderante no surgimen

to, implantação e sobrevivência do Parque, historicamente também a duplicidade de centros do poder, os problemas de contato, a partir de uma agência não indigenista chantada no interior da Reserva, passam a exigir da Fundação Nacional do Índio, como preocupação imediata, a busca de entendimentos com a 4a. Zona Aérea, visando a suspensão dos treinamentos militares no Parque do Xingu, bem como a desativação do Destacamento do Jacaré" (p.188).

COMISSÃO DE ASPECTOS DA EDUCAÇÃO

A relatora da Comissão, Charlotte Emmerich, destacou a complexidade e profundidade do tema, que representa no caso xinguano um desafio para o educador e o programador educacional. Assim, resolveu por bem a comissão recomendar algumas diretrizes, destacando apenas os pontos básicos da questão:

1 - que se faça um levantamento sócio-étnico-linguístico, a nível interdisciplinar e interinstitucional, pois esta é a base para qualquer programa de educação ensino que se queira adotar;

2 - que se proceda à avaliação de experiências educativas feitas com grupos tribais isola

dos, inclusive já realizadas no PQXIN, além da avaliação dos programas de educação bilíngüe da FUNAI e que possam talvez adequar-se ao contexto xinguano;

3 - que se parta de uma pesquisa de opinião entre os próprios interessados, os indígenas, para que eles próprios digam o que representa a escola para a comunidade, com todas as implicações práticas dela advindas;

4 - que, caso se implante um sistema educacional, se levem em conta as características sócio-culturais peculiares a cada grupo e a época de suas realizações, para que haja um entrosamento da Educação com o ambiente cultural dos grupos;

5 - que a FUNAI possa fazer um acompanhamento das pesquisas e projetos programados para áreas indígenas, bem como vistoriar e adequar o material didático a nível de cultura tribal individualizada, com a participação, sempre que possível, do elemento indígena;

As deficiências apontadas pelo grupo se restringem às seguintes:

1 - *interrupção do projeto-piloto de Educação Bicultural, desenvolvido no PI Leonardo de 1976 a 1978, embora a Divisão de Educação da FUNAI nada tenha a informar sobre o mesmo:*

"Esse projeto foi extremamente positivo, e friso que é importante a divulgação dos resultados dessas iniciativas para que, cada vez que se pense uma programação educacional, não se comece da estaca zero" (p. 193);

2 - *descontinuidade e falta de apoio da FUNAI no tocante à investigação lingüística, estudo este que é "imprescindível como estudo de base para qualquer projeto de educação bilingüe (p.194);*

3 - *falta de acompanhamento da FUNAI no tocante ao desenvolvimento de projetos que impliquem em propósitos lingüísticos pedagógicos (p.194).*

Foram estas, no cômputo geral, as recomendações, avaliações e críticas levantadas pelas comissões. A partir desse trabalho, disse o Diretor do DGPC, a FUNAI terá condições de efetuar a diagnose do Xingu como um todo, elaborando a seguir um plano diretor subdividido em programas em projetos específicos.

O superintendente da FUNAI, OCTAVIO FERREIRA LIMA, em nome da Presidência, agradeceu a participação de todas as entidades e pesquisadores presente ao Encontro, sem cuja contribuição não seria possível elaborar documentos como so que apresentaram as diversas comissões. Frisou ainda que o objetivo maior do Encontro será atingido quando se der ao índio Xinguano melhores condições de vida, de saúde, de subsistência. A reunião foi encerrada às 17h30m do dia 12 de novembro de 1980.

PARTE III - COMENTÁRIOS

Evitei usar a discussão paralela e me limitei, praticamente, a condensar de maneira objetiva o que veio a ser o I Encontro do Parque Indígena do Xingu. Permiti-me, apenas, tecer algumas considerações sobre o evento nas páginas anteriores. Cabe-me, no entanto, apreciar o alcance e o significado do Encontro em alguns parágrafos, destacando o que, na minha concepção, foi positivo ou negativo.

Acredito, em primeiro lugar, que o homem é um ser cuja ontogênese o faz compreender e ser compreendido, mesmo que haja obstáculos de diálogo. Mas só o diálogo esclarece e faz crescer o entendimento. Destarte, o que se viu no Encontro foi um conjunto de pessoas irmanadas em torno de um tema e uma causa comum, a do índio brasileiro em geral e do xinguano em particular. Só a participação de alguns convidados, refratários até então a uma colaboração com a FUNAI, enriquece o Encontro. O objetivo maior--resolução dos problemas xinguanos - teve esse mérito maior: a aproximação e colaboração da comunidade científica brasileira.

Penso que a FUNAI deva, sempre que

possível, persistir nesse tipo de atitude conciliatória, pois os radicalismos de uma e outra parte não levam a nada. Ambas , FUNAI e comunidade científica, dependem uma da outra. O órgão tutor deve saber ouvir a crítica , para melhor adequar-se à realidade indígena. Ao mesmo tempo a atual administração pode e deve comandar o processo, mas para que tal ocorra é necessário inclusive que a instituição se revista de credibilidade científica, desenvolvendo ela própria pesquisas e estudos que venham a corroborar tal idoneidade. O intercâmbio de idéias, pesquisadores e entidades científicas se fará, pois, mais facilmente, ficando a FUNAI resguardada de crítica negativa do gênero:

a - a FUNAI não tem tradição científica para julgar projetos de pesquisa em área indígena;

b - a FUNAI tem antipatia por pesquisadores e/ou pesquisas acadêmicas;

c - a FUNAI não quer ouvir o que dizem os cientistas sociais e nem cumprir suas recomendações.

O nível do Encontro foi satisfatório, posto que os participantes eram dotados de bastante conhe

cimento na matéria específica. Daí porque se imprimiu um caráter dinâmico ao mesmo, sem tergiversações ou discussões paralelas. Assim, espero que a FUNAI dê continuidade a Encontros dessa natureza, que sejam profícuos à causa do índio brasileiro. Se a FUNAI se dispõe ao diálogo, é de crer que a comunidade científica passe a colaborar, desde que chamada a participar e que possa dizer o que pensa. Alguns dos convidados se expressaram de viva voz a favor do I Encontro do PQXIN, demonstrando sua surpresa com o novo espírito que dá à FUNAI essa iniciativa de partir para o diálogo. Têm a esperança de que, só desta forma, os objetivos primeiros da Instituição serão alcançados de maneira positiva.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é o relativo à eficiência da infra-estrutura do Encontro, principalmente pelo apoio dado pelo Serviço de taquigrafia contratado. Penso que, embora os custos sejam maiores, todo e qualquer encontro, simpósio ou seminário promovido pela FUNAI deva contar com esse setor especializado. O que não se pode permitir é que se perca tão substancioso material, numa época em que a tecnologia e o engenho humano contam com recursos capazes de registrar praticamente tudo o que se queira. Sugeriria eu que tal documento fosse registrado, distribuído um exemplar

Acervo ISA

a cada divisão do DGPC e um volume arquivado na Seção de Documentação. Cópias xerox contendo o relato final das comissões deveriam ser encaminhadas aos participantes do Encontro, o mais breve possível.

É significativo lembrar que, ao que me consta, pela primeira vez representantes tribais brasileiros participaram de reunião semelhante - Aritana e Raoni -, o que serve para confirmar o novo espírito da FUNAI: ouvir o índio, com ele discutir, à procura dos rumos a serem traçados para o indigenismo. A FUNAI sempre recebeu duros ataques de setores da inteligência nacional e do CIMI, principalmente, por não ouvir o índio. Eis portanto um modo de neutralizar esse tipo de opinião, justamente partindo para uma posição oposta, ou seja, acatar o indígena e deixá-lo discorrer sobre seus problemas. A presença dos líderes Yawalapiti e Mentuktire só fez valorizar o encontro. Que iniciativas como essa possam ser frequentes, é o que desejo e espero.

Um outro aspecto que me sensibilizou foi a verificação do alto espírito de conciliação e de apaziguamento entre partes supostamente irreconciliáveis. Tal espírito foi constatado quando do imbroglio Villas Boas - Olympio Serra. Mobilizaram-se muitos, buscando aproximar as partes, o que foi positivo para a FUNAI ,

pois assim evitou-se tomar uma atitude deselegante e pouco gentil para com um dos convidados, desconvidando-o à última hora. No fim, todos sentaram-se à mesma mesa e irmanaram-se na busca de solução para o Xingu.

Talvez por excesso de otimismo e só ver o que restou do Encontro sob o ângulo dos bons dividendos, é-me difícil descobrir a parte negativa do mesmo. Muita divergência surgiu a nível de comissões, como a de saúde e a de Aspectos Administrativos. Mas no fim, parece-me, venceu o bom-senso. O voto declarado de Serra e Hirata, por exemplo, só foi possível graças ao espírito democrático da reunião. Como sugestão creio que, para próximos encontros ou reuniões que se façam, o material a ser utilizado no decorrer das mesmas seja enviado com uma antecedência mínima de uma semana aos convidados, para que se inteirem do objeto de discussão proposto. Finda a reunião, que se envie pela FUNAI uma avaliação crítica da mesma, solicitando aos participantes que façam, também, um relato suscinto e igualmente crítico do evento.

Falta-se tecer algum comentário quanto à repercussão do Encontro na imprensa, numa fase tão crítica para a FUNAI, dada a virulência dos ataques contra a Instituição, desfechados por órgãos ou entidades que têm no índio o objeto máximo de suas preocupações, divulgados por

jornais e revistas de todo o Brasil.

Ora, claro está que o assunto índio vende jornal nos dias que correm; claro está que o conflito Igreja-Estado assume um lugar de destaque na imprensa diária, principalmente quando os protagonistas se tornam CIMI - Conselho Indigenista Missionário - e FUNAI. O órgão de tutela oficial se transforma em "prato feito", endereçando-se ao mesmo os ataques que seriam, na verdade, dirigidos ao Sistema como um todo. Em suma, a FUNAI se transformou numa espécie singular de "bode expiatório".

O Correio do Povo (19/11/80), com o título FUNAI ANALISARÁ O XINGU, destacou os itens a serem discutidos no decorrer do Encontro, indicou o nome de alguns participantes e falou das administrações Villas Boas e Serra no Parque, acrescentando que o problema da área norte do PQXIN também seria analisado:

"A questão da área Norte do Parque também deverá ser discutida, devendo ser definido se o seu limite será alterado, com a remoção das fazendas que ali se instalaram após a abertura da rodovia Xavantina - Cachimbo. Os índios fizeram esta exigência e a FUNAI chegou a prometer, de início, a alteração do traçado da rodovia, optando, depois, pela criação de postos de vigilância na estrada atual, para evitar a invasão da área indígena".

Por sua vez o Estado de São Paulo (8/11/80, p.28), com o título FUNAI DEBATE SITUAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DO XINGU, enfatizou o problema representando pelo relacionamento índios xinguanos - FAB, acentuando que os Kamayurá, Kalapalo, Matipu e Waurá vivem cada vez mais na situação de biscateiros, fazendo pequenas trocas e recebendo alimento distribuído pela base. Acrescentava o jornal que a base se havia tornado em "centro de escoamento do artesanato indígena e centro de compras para os índios que têm dinheiro".

Todas as questões básicas do Encontro foram abordadas pelo O GLOBO (10/11/80,p.4) - FUNAI DEBATERÁ AMANHÃ CRISE DO PARQUE XINGU - já colocando no próprio título a razão da reunião, ou seja, uma crise a ser contornada. Referindo-se aos diversos agentes civilizados que agiram ou agem no Parque, o jornal se reporta ao relatório do antropólogo Patrick Menget, da Universidade de Paris, dizendo que tais contatos, por breves ou superficiais que sejam, afetam" a informação e a compreensão do mundo pelos índios". O mesmo aconteceu com a FOLHA DE SÃO PAULO (10/11/80, p.4) - PRESENÇA DA FAB E DO PARASAR NO XINGU. É ASSUNTO DE SEMINÁRIO -, baseando sua notícia igualmente no relatório supra-citado e enfatizando que, de posse dos depoimentos de antropólogos e sertanistas, a FUNAI traçará "novas diretrizes na política do Xingu".

A FOLHA DE SÃO PAULO (12/11/80, p.6) titulou sua notícia: ANTROPÓLOGOS SÓ ATRAPALHAM, AFIRMA FUNAI. Ora, destacou uma afirmação do presidente da FUNAI que só cabe dentro do contexto global de sua mensagem ao plenário. Dá a entender que Nobre da Veiga não aceita a pesquisa e o pesquisador, o que não corresponde à verdade. A FOLHA se refere ainda ao incidente Villas Boas - Serra, dizendo que os trabalhos do dia 11 "começaram com tumulto, pois a FUNAI, sem qualquer explicação, cancelara o convite feito ao ex-diretor, o antropólogo Olympio Serra". No dia 13/11/80, p.6 a FOLHA se limitou a resumir o resultado do Encontro, sem tecer maiores comentários. Do mesmo teor foi a matéria d' O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/11/80, p.12, e de "O GLOBO", 13/11/80, p.5.

De modo geral pode-se afirmar que nenhum jornal consultado explorou o Encontro de maneira sensacionalista, visto que a reunião teve critérios e bases científicas. Daí a imparcialidade da informação, restringindo-se ao que foi discutido e proposto. Vê-se que a imprensa pode ajudar a FUNAI, aproximando-se mais da instituição e buscando informar o público-não só sobre o que o órgão deixa de fazer ou não pode solucionar, mas divulgando também o que a FUNAI executa em prol dos indígenas - de modo objetivo e claro. É, pois, necessário que a FUNAI abra

as portas à imprensa, diga efetivamente o que faz e o que pretende fazer no tocante à política indigenista, enfim, incentive o jornalismo são e construtivo.

Tais colocações propostas ao longo desses comentários levam-me à conclusão de que a aproximação dos contrários permite que se abra mais o diálogo. E, quem sabe, seja mais fácil propor, sugerir e efetivar mudanças no indigenismo que levem aquelas sociedades tribais, espezinhadas pela História e pela Sociedade, a acreditar no seu futuro como índios, respeitados os seus direitos à vida, à propriedade e à busca da felicidade.

Brasília, 15 de dezembro de 1980.

SONIA DE ALMEIDA MARCATO
Assistente do Diretor do DGPC

SAM/mk

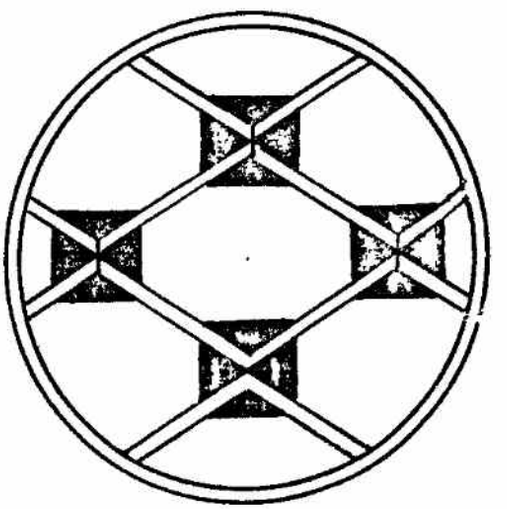
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. QPD00161

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

I–ENCONTRO DO PARQUE NACIONAL DO XINGU



LOCAL: FUNAI – BSB

A P R E S E N T A Ç Ã O

Este encontro tem dois objetivos:

1 — levantar aspectos relevantes da problemática Xinguana;

2 — fornecer subsídios para a ação administrativa da FUNAI.

Congregando especialistas de várias áreas e funcionários da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, vem responder ao apelo da Conselheira CHARLOTTE EMMERICH.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

ENCONTRO DO XINGU

DIAS: 11 e 12/11/80.

A G E N D A

I - DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

- Abertura - Presidente
- Roteiro - DGPC
- Situação Atual - Administração do PQXIN

D I S C U S S Ã O :
- Aspectos Culturais
- Aspectos Administrativos
- Aspectos de Saúde
- Aspectos de Educação
- Aspectos Comunitários

II - CONCLUSÕES

III - RECOMENDAÇÕES

IV - ENCERRAMENTO

...OD. 116

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

HORÁRIO DOS TRABALHOS

NOVEMBRO/80

DIA 11:	—	08:30 horas	às	09:00 horas -	Abertura
	—	09:00 horas	às	10:00 horas	Aspectos Gerais dos 05 Temários
		10:00 horas	às	11:30 horas	
DIA 11:	—	14:30 horas	às	18:30 horas -	Discussão dos Temários
DIA 12:	—	08:30 horas	às	09:00 horas -	Composição dos Grupos de Trabalhos
	—	09:30 horas	às	11:30 horas -	Compilação das Deficiências
DIA 12:	—	14:30 horas	às	17:00 horas -	Redação das Recomendações
	—	17:00 horas	às	18:00 horas -	Apresentação
	—	18:30 horas	—	ENCERRAMENTO	

MOD. 116

DAS DISCUSSÕES

a) — ASPECTOS CULTURAIS

— Desvinculação cultural da tribo Kayapó com os demais;

— Incidências preferenciais de pesquisadores sobre Waurá e Kamaiurá;

— Evolução do significado das festas coletivas como instrumento de coesão intertribal (Kuarupe - Yamarikurá, Uca-Uca, etc);

— Implicações positivas e negativas no futebol como elemento dominante do laser intratribal

b) — ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

— Superposição - Diretor do Parque e o Chefe do PI. LEONARDO;

— Vinculação logística com São Paulo, Brasília, Goiânia, Xavantina e Barra do Garças;

— Força de Trabalho - composição e perfil profissiográfico;

— Radiocomunicação e Transporte Aéreo;

— Dispêndios imprevistos com pesquisadores no Parque;

— Invasões e intrusões

— Relacionamento entre Diretor e Chefes Tribais.

c) — ASPECTOS SAÚDE:

— Atuação da Escola Paulista de Medicina;

— Suprimento de remédios;

— Medicina preventiva;

— Saneamento básico;

— Contaminação da água

— Poluição do rio;

— Carências e deformações alimentares;

— Caça, pesca, frutos e lavoura.

d) — ASPECTOS EDUCAÇÃO:

— Ensino bilingüe - Alfabetização

— População escolar

e) — ASPECTOS COMUNITÁRIOS

— Infra-estrutura viárias

— Campos de pouso

— Estrutura viária (terra, água, barcos, motores e viaturas)

— Projetos agropecuários

— Projetos Hortigrangeiros e pomares

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - F U N A I
Gabinete do Presidente

C O N V I D A D O S

I - Presidente da FUNAI - JOÃO CARLOS NOBRE DA VEIGA
Fone: .223-5802 - BSB

II - Diretor do DGO - JOSÉ GODINHO RODRIGUES
Fone: 223-8311 - BSB

III- Conselheira CHARLOTTE EMMERICH
Fone: 266-4626 - RIO

IV - Conselheiro ORLANDO VILLAS BOAS
Fone: 287-3268 - SP

V - Professor JOSÉ OLYMPIO T. SERRA
Fone: 223-8337

VI - Professor ANTONNY SEEGER
Fone: 228-7018 - Museu Nacional-RJ

VII- Professora CARMEM JUNQUEIRA
Fone: 287-5701- SP

VIII- Professor PEDRO AGOSTINHO
Fone: 228-7018 -Museu Nacional- RJ

IX - Dr. ROBERTO BARUZZI
Fone: 71-3433 - São Paulo

X - Dr. HIRATA (J.M. Hirata)

XI - Comandante GUARANYS (PARASAR) - Fone: 357-5911 R/206/RJ.

XII - Dr. George de Cerqueira Leite Zarur (CNPQ)

XIII - Francisco de Assis da Silva

Mod. 116

10

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR -
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DEPARTAMENTO GERAL DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

I ENCONTRO

DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

TRABALHO DAS COMISSÕES

(RESULTADO FINAL)

(TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DAS CONCLUSÕES APRESENTADAS)

LOCAL : BRASÍLIA - DF

DATA : 11 e 12 DE NOVEMBRO DE 1980

I N D I C E

1. COMISSÃO DE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS 02

2. COMISSÃO DE ASPECTOS ADMINISTRATIVOS 07

3. COMISSÃO DE ASPECTOS DE SAÚDE 11

4. COMISSÃO DE ASPECTOS DE EDUCAÇÃO 15

5. COMISSÃO DE ASPECTOS COMUNITÁRIOS 18

COMISSÃO DE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS

COMPONENTES:

- Carmem Junqueira (Relatora)
- Anthony Seeger
- Dolores Cornélia Pierson
- Neyde Dal Poz de Britto
- Sônia de Almeida Marcato

Os membros desta Comissão resolveram mudar o seu nome para "Aspectos Sócio-Culturais e Políticos" por achar necessário tratar a situação do PIX de uma maneira global, evitando uma falsa compartamentalização que pode dar uma visão muito parcial da problemática.

As questões, pela agenda, estão todas relacionadas ao quadro mais amplo dos processos sócio-culturais atualmente experimentados pelas sociedades do PIX e são melhor tratadas neste nível.

O Parque Indígena do Xingu deve ser visto como território inviolável de propriedades ecológicas marcantes e como um sistema social complexo num processo contínuo de modificação. O território administrativo do PIX está internamente dividido em territórios tribais, claramente reconhecidos pelos índios, que devem ser levados em consideração quando pensando sobre a região. O sistema social do Xingu é composto de Aldeias ou comunidades e das relações entre si e com agência da sociedade nacional. As relações intertribais não precisam de comentário sendo que são da competência exclusiva dos grupos, a não ser que haja ameaça, violência ou exploração de um grupo por outro grupo. As relações externas com agentes da sociedade nacional, precisam comentários sendo que é sobre elas compete a FUNAI mediar.

As agências de contatos entre a sociedade nacional e as comunidades indígenas no PIX são: a FUNAI e entidades por ela autorizadas a atuar na área (Escola Paulista de Medicina, SUCAM, etc:); a FAB representada pela Força Aérea Brasileira e o acampamento do PARASAR; as visitas ao PIX incluindo jornalistas, pesquisadores, e turistas de vários tipos; os moradores das fazendas e povoados que rondam o PIX. As relações dos índios, com estes agentes formam um sistema. No passado, quando a administração do PIX foi mais inovadora e dinâmica, envolvendo os índios nas decisões, os Postos Indígenas foram foco de interesse e de aprendizagem para os membros das comunidades indígenas. Os Postos também forneceram uma boa parte dos bens industriais procurados pelos índios. Com uma administração que envolve menos os índios, é inevitável uma maior procura dos outros agentes para suprir não somente as necessidades materiais, mas também para apreender sobre o mundo dos brancos. Este processo pode ser alterado através de uma administração que procurasse envolver os índios mais no próprio funcionamento do PIX e na realização de uma política indigenista. Nunca será possível isolar o PIX da sociedade nacional como já ocorreu no passado.

As visitas às fazendas e povoados são inevitáveis, mas devem ser desestimuladas através de uma ação positiva da FUNAI, evitando os possíveis riscos à saúde da comunidade.

A questão dos visitantes também deve ser estudada, havendo uma nítida separação das visitas para fins de pesquisa científica e visitas de outra natureza. Qualquer dúvida sobre a natureza científica de um pedido de autorização deve ser sanada através de consulta ao CNPq, que tem mecanismo para avaliar projetos. Pesquisas antropológicas e lingüísticas profundas que atinjam a complexidade da realidade social dos grupos indígenas devem ser estimuladas para fornecer à administração e aos índios, subsídios para uma melhor política indigenista do PIX.

Assim, sugerimos que seja reestudada, a sistemática de entrada em área indígena.

As relações internas e externas do Xingu formam um quadro muito complexo para quem não é especialista. Como todo o sistema tem sua história e seus processos atuais. Assim, mais de que em outras áreas, é imprescindível a consulta constante às comunidades indígenas, reuniões regulares com seus membros, e um estímulo ao intercâmbio entre norte e sul do PIX para facilitar o diálogo e a consideração dos problemas em comum.

Tendo em vista a complexidade social, cultural e Política do PIX, recomenda-se que haja uma alteração na estrutura formal da administração do PIX. O PIX deveria ter um Diretor, que cuidasse dos assuntos cotidianos junto com uma equipe técnica e os índios. Além disso, deveria contar com o auxílio de um Conselho Diretor, que cuidasse das questões referentes às relações entre as sociedades envolventes, ou do uso do território (pelos projetos comunitários, por exemplo). Este Conselho se reuniria quando necessário e pelo menos uma vez por ano. Seria composto do Diretor do Parque, de um antropólogo nomeado pela ABA especialmente competente na área, um lingüista, designado pela ABRALING, um representante sertanista, e um representante da equipe técnica do PIX.

Justificativa - Este Conselho formaliza uma entidade que sempre existiu nas administrações dos Villas Boas e de Olympio Serra. Os Villas Boas através dos laços de amizade, incluiram antropólogos como Eduardo Galvão, e médicos como Roberto Baruzzi nas decisões sobre o PIX. Olympio Serra operou de maneira semelhante. Assim, com este Conselho deliberativo, institucionaliza-se uma enti

dade que já funcionou muito bem no passado. A aceleração das mudanças na região impoem esta medida.

O trabalho de proteção deve ser traduzido em ações concretas: significa proteger o território tradicional do grupo, sua economia, saúde, instituições políticas e sociais.

A proteção é um processo de defesa dos modos de vida, de prevenção de fatores dissociativos, de ampliação do conhecimento e, por isso mesmo, de garantia da participação e controle dos índios em todas as esferas que possam afetar de algum modo a sua sociedade.

Alguns problemas relevantes podem ser levantados:

1)- Ao lado das medidas inadiáveis de demarcação, é igualmente importante a vigilância dos limites.

A medida em que aumenta a pressão sobre a terra em zonas próximas aos territórios indígenas, torna-se maior o perigo de invasões, ocupações violentas e exploração predatória de riquezas. Somente uma vigilância continuada, regular, pode detectar os pontos críticos.

Os próprios indígenas, que bem conhecem o território, devem ser estimulados a organizar e manter a tarefa de vigilância, recebendo da administração o apoio necessário à sua realização sistemática.

Detectar os problemas, cabe à Administração as providências que estabeleçam a integridade do território.

2)- Proteger essa integridade significa também, impedir o desenvolvimento de atividades alheias à vida comunitária, dentro dos limites do Parque. Referimo-nos, por exemplo, à permanência de gado da FAB na área do Parque, atividade incompatível com a tradição dos grupos e que dificilmente encontrará ponto de contato com sua cultura.

3)- As atividades do Posto, relacionadas à sobrevivência de funcionários não índios, devem ser realizadas pelos próprios funcionários.

É da maior importância que seja nítida a separação entre a economia indígena e as atividades econômicas do Posto, voltadas para a sua manutenção.

O sistema econômico nativo é um conjunto complexo de relações econômicas, rituais, de parentesco, lúdicas etc. que não

deve correr o risco de se desequilibrar ou romper por força de solicitações administrativas alheias aos interesses maiores dos grupos.

Em relação à natureza e à forma de Projetos, recomenda-se que sejam originárias das comunidades indígenas, assegurando-se:

a) - respeito à tradição sócio-cultural e política dos índios introduzindo-se atividades adaptáveis à cultura e tecnologia indígena, bem como, ao ambiente ecológico;

b) - participação efetiva dos interessados na condição de beneficiário do processo e não meramente, como executores de determinadas tarefas;

c) - estimular de modo continuado, o aprendizado dos índios na seleção de soluções levantadas;

Tais medidas visam:

a) - garantir o êxito dos empreendimentos;

b) - revestir as atividades de cunho educativo;

c) - evitar a introdução de atividades ou tecnologia que venham a gerar dependência externa irreversível;

d) - suprir as necessidades nutricionais e de bens, sem criar maior dependência da sociedade nacional.

Resta indicar que com o crescente envolvimento indígena na economia monetária, torna-se importante ampliar no interior das comunidades, o conhecimento relativo às trocas comerciais demais procedimentos do mercado regional.

As trocas mercantis devem ser realizadas garantindo-se a autonomia econômica e política dos grupos tribais, mas com a assessoria de administração no tocante ao controle de preços e das transações de maior porte.

Sugerimos ainda, a criação de uma Central de Documentação e Informação, à disposição da Administração da FUNAI, é aberta à comunidade científica e indígena, como recurso dinâmico para auxiliar a avaliação da política, permitindo maior eficácia em futuros planejamentos e ações.

COMISSÃO

DE ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

COMPONENTES:

- Walter Prates de Oliveira (Relator)
- Francisco de Assis Silva
- Roberto Câmara L. I. dos Guaranys
- Olympio José Trindade Serra
- José M. Hirata
- Aritana Yawalapiti

RECOMENDAÇÕES

01. SUPERPOSIÇÃO

A alegada superposição é mais externa do que interna. O Parque Indígena do XINGU, por suas condições peculiares de surgimento e, por ter se constituído na mais promissora experiência do indigenismo brasileiro, arca, hoje, com o onus de interesses os mais variados. Esse jogo de interesse se dá, principalmente, na área decisoria com reflexos significativos sobre as sociedades indígenas da área. Assim, sugerimos que todo o esforço deva ser dispendido para a anulação desses reflexos, partindo inicialmente, da busca de mecanismo que isentem a sua administração dos eventuais efeitos dos conflitos externos.

No caso proposto pela agenda não há superposição administrativa na área do posto Leonardo, visto haver funções distintas para o administrador e o chefe. Recomenda-se manter em nível mínimo o efetivo de pessoal branco, trabalhando no sentido de capacitar gradativamente o índio a gerir e/ou participar da administração do Parque.

02. VINCULAÇÃO LOGÍSTICA

A estrutura de apoio logístico e administrativo do PQXIN passaria para Xavantina, enquanto que em São Paulo seria mantido um Núcleo de Apoio da FUNAI.

03. RÁDIO - COMUNICAÇÕES - TRANSPORTE

- Entendimento com o DENTEL, com o objetivo de permitir o PROFON bilingüe, condicionado as necessidades.
- Dotar os equipamentos, transceptores de frequência variável e competente entendimento, com o DENTEL, inclusive capacidade de comunicação terra-ar.
- Dotar os Postos Indígenas de embarcações motorizada e assegurar-lhes a manutenção, o fluxo de suprimentos e de combustível.
- Introduzir mecanismos de controle de gastos de combustíveis e utilização das embarcações.

- Convênio com a FAB, no sentido de utilizar a aeronave que faz

a rota CUMBICA/XINGU, em proveito de transporte no trecho XAVANTINA/PI LEONARDO/XAVANTINA, em favor do PQXIN com a cota de 500 Kg.

- Manter uma linha regular para o PQXIN, com a finalidade de assegurar apoio logístico e abastecimento, tornando possível a existência de meios pra o processo Assistencial.

04. DISPÊNDIOS IMPREVISTOS COM PESQUISADORES NO PARQUE

Atualização das normas sobre o ingresso de pesquisadores nas áreas indígenas, visando evitar, inclusive, dispêndios para a FUNAI.

05. FORÇA DE TRABALHO, COMPOSIÇÃO E PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

Que o efetivo de pessoal não índio independente da sua categoria funcional, deverá previamente, receber uma capacitação indigenista e peculiaridades do PQXIN.

06. INVASÕES E INTRUSÕES

- Instituir a fiscalização lindeira e das calhas fluviais, mediante a orientação das lideranças indígenas, no que se refere a área demarcada do Parque.
- Constatada a existência de invasores e/ou intrusos, a FUNAI deverá no menor espaço de tempo possível, acionar o seu poder de polícia previsto na Lei nº 6001/73.
- Que se ultimem os estudos, em curso, no menor prazo possível, visando solucionar e demarcar a área ao norte da BR-080, levando em conta os legítimos direitos da comunidade TXUCARHAMÃE.

07. RELACIONAMENTO ENTRE DIRETOR E CHEFES TRIBAIS

Estabelecer, um sistema regular de consultas entre a direção do Parque, Chefes Tribais e Líderes Indígenas.

DECLARAÇÃO DE VOTO DE JOSÉ OLYMPIO TRINDADE SERRA
E JOSÉ M. HIRATA

Conquanto, historicamente, a Força Aérea Brasileira tenha sido fator preponderante no surgimento, implantação e sobrevivência do Parque, historicamente também a duplicidade de centros de poder, os problemas de contato, a partir de uma agência não indigenista chantada no interior da reserva, passam a exigir da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, como preocupação imediata, a busca de entendimentos com a IVª ZONA AÉREA, visando a suspensão dos treinamentos militares no Parque Xingu, bem como a desativação do Destacamento do Jacaré.

COMISSÃO

DE ASPECTOS DE SAÚDE

COMPONENTES:

- Roberto Baruzzi (Relator)
- Regina Aparecida Polo Müller
- Aldo Olmos Molina
- Wagner Joaquim H. Mendonça
- Deurides Ribeiro de Abreu
- Maria Barreto de Figueiredo

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- As condições de saúde da população do PQXIN são satisfatórias em decorrência da política alí desenvolvida pela FUNAI, garantindo proteção dos grupos indígenas xinguanos dos contatos indiscriminados com as frentes de expansão;
- A população é auto-suficiente quanto à sua alimentação, não estando na dependência de produtos estranhos à sua economia de subsistência tradicional;
- O estudo nutricional, em andamento na população adulta e infantil, tem demonstrado que as condições de saúde são boas;
- O aleitamento materno prolongado representa uma medida de grande importância para o bom estado da criança, devendo ser evitado o aleitamento artificial, que além de outras desvantagens, levaria a ocorrência de inúmeros casos de infecções intestinais pela falta de condições higiênicas no preparo de mamadeiras;
- Alcançou-se um grau relativamente bom de imunização mas que exige a sua freqüente atualização;
- Houve redução na incidência de malária nos últimos 3 anos graças às aplicações de DDT nos Postos e nas Aldeias, no entanto, não se alcançou ainda o controle desejado, ocorrendo numerosos casos. É extremamente importante a borrifação periódica, a cada seis meses; dado o regime de chuvas, seria aconselhável que esta seja feita nos meses de abril/maio e setembro/outubro;
- Com relação à tuberculose, esta doença está sob controle, havendo alguns casos em tratamento;
- Dois problemas são de controle mais difícil dadas as características epidemiológicas: verminose e cárie dentária;
- O tratamento em massa de verminose intestinal não é indicado pela facilidade de reinfestação e devido ao fato de que a criança bem nutrida suportar melhor a parasitose intestinal. Os casos que apresentam maior gravidade têm recebido tratamento adequado;
- Quanto à cárie dentária sua prevalência é muito alta; mas esta situação só poderá melhorar através de um trabalho odontológico persistente, preventivo e curativo ao longo do tempo.

ATUAÇÃO DE SAÚDE NA ÁREA

A equipe de saúde da FUNAI tem condições de atender a maioria das ocorrências com recursos locais, havendo em alguns períodos a colaboração da UAE e da EPM no campo médico. O mesmo ocorre com relação à assistência odontológica que conta com profissional da FUNAI e com equipe dentário no Posto Leonardo e no Posto Diauarum. Tanto nos Postos quanto nas Aldeias esse trabalho recebe periodicamente colaboração da Equipe Odontológica da USP.

O controle da tuberculose na área é feita pela UAE do Ministério da Saúde, sendo feito cadastramento abreugrafico anual , exame de escarro nos sintomáticos e tratamentos dos casos comprovados. A vacina BCG vem sendo feita sistematicamente na população; a ação do Ministério da Saúde se faz sentir também através da SUCAM no controle da malária.

A EPM colabora na assistência médica e preventiva, incluindo a vacinação.

Tem-se feito aplicação de vacinas de forma periódica pelas dificuldades de manutenção de estoques de vacinas na área em condições adequada de temperatura.

Os casos que necessitam de cuidados médicos especializados são removidos para São Paulo (EPM-HSP) ou para Brasília. A experiência mostra que é necessário haver maior integração da FUNAI/EPM tanto no planejamento como na execução das ações de saúde, incluindo o intercâmbio de informações. O mesmo é válido com relação à equipe de odontologia da USP, que desenvolve seu trabalho paralelamente com a EPM. Como sugestão propõe-se um reestudo do Convênio FUNAI/EPM e sua eventual reformulação.

DEFICIÊNCIAS A SEREM SANADAS PARA VIABILIDADE DO PLANO DE SAÚDE

Pessoal

É conveniente ressaltar a dificuldade de adaptação de pessoal que trabalha na área, gerando uma grande rotatividade, tal fato dificulta o desenvolvimento de um trabalho integrado à população indígena e prejudica o possível treinamento do pessoal auxiliar para as especificidades locais.

Sugestões:

01) - A nível de Auxiliar e ATendente de Enfermagem, contratação de pessoal com os cursos regulares. A ida para o campo deve ser precedida por uma fase de preparação cultural e técnica. Uma vez no campo, esse elemento deverá ter um período de treinamento prático com o médico ou enfermeira alí destacados;

02) - Para diminuir a rotatividade de pessoal de saúde deve ser instituído um rodízio interno pelos diferentes Postos e há necessidade de se estudar a possibilidade de concessão de períodos de licença de campo tanto para reciclagem de conhecimentos quanto como forma de compensar os sábados, domingos e feriados trabalhados na área.

Apoio Logístico:

Faz-se sentir a necessidade de apoio logístico de forma mais intensa e contínua, para permitir o deslocamento mais rápido dentro do Parque, tanto em casos de emergência e remoção de doentes, como em visitas periódicas às Aldeias.

Quanto à vacinação é imprescindível que haja geladeira(s) em funcionamento para conservação das mesmas.

COMISSÃO

DE ASPECTOS DE EDUCAÇÃO

COMPONENTES:

- Charlotte Emmerich (Relatora)
- Delvair Montagner Melatti
- Lydia Gomes Dias Pinheiro
- Gedeão Ferreira de Morais
- Marcos Antônio do Espírito Santos
- Wagner Luiz Vieira

RELAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS

1. Interrupção de projeto piloto de educação bi-cultural desenvolvido no Posto Leonardo pela Direção do PQXIN durante os anos de 1976 a 1978, muito embora nada conste na Divisão de Educação a respeito;

2. Descontinuidade e falta de apoio à investigação lingüística dos idiomas nativos imprescindíveis como estudo de base para projetos de educação bilíngüe;

3. Falta de acompanhamento do setor competente da FUNAI do desenvolvimento dos projetos que implicam em propósitos lingüístico-pedagógicos.

RECOMENDAÇÕES

1. Levantamento sócio-etnolingüístico em todas as aldeias do PQXIN, a nível interdisciplinar, com a participação de lingüista, antropólogo, sociólogo e educador e inter-institucional (FUNAI e instituições trabalhando neste campo de especialização na área em questão).

   Devem ser considerados neste levantamento, entre outros, os tópicos seguintes:

   - composição demográfica: estratificação etária, política e por sexo, do uso da língua de contato (variação do português falado);

   - grau de bilingüismo: estágio de fluência, multilingüismo tribal, etc.

2. Avaliação dos trabalhos já realizados no PQXIN;

3. Avaliação dos programas de educação bilíngüe da FUNAI, visando uma possível adequação ao contexto xingüano;

4. Pesquisa de opinião junto às comunidades indígenas, objetivando a conceituação de escola e suas implicações práticas, tais como: forma de ensino almejado (alfabetização bilíngüe, tipo e modo de treinamento de monitores indígenas, formas de remuneração dos monitores bilíngües, etc.). Neste levantamento devem ser considerados os envolvimentos sócio-culturais peculiares a cada grupo, como socialização, ritos de iniciação, atividades rotineiras da aldeia, aproveitamento da hora "nobre" de lazer (roda de fumantes, etc.) para entrosar a

educação no ambiente cultural das tribos;

5. Acompanhamento das pesquisas realizadas na área pelo Departamento competente;

6. O material didático deve ser elaborado dentro da realidade cultural indígena em estreita colaboração com ela;

7. Que os futuros projetos educacionais sejam acompanhados e avaliados pela Divisão de Educação/DGPC.

COMISSÃO

DE ASPECTOS COMUNITÁRIOS

COMPONENTES:

- George de Cerqueira Leite Zarur (Relator)
- Ana Maria da Paixão
- Cícero Cavalcante
- Jeronymo Luisello Teixeira Vianna
- Pedro Manoel Agostinho da Silva
- Vicente Luiz de Almeida
- Raoni Txukarramãe

INTRODUÇÃO

O problema básico debatido pela comissão foi da inserção das economias e sociedades indígenas do Parque do Xingu no sistema de trocas da economia de mercado.

A comissão assumiu que, os índios do Xingu necessitam da introdução de mecanismos diversos dos atuais, de integração econômica com a sociedade brasileira. Os bens industrializados necessários ao seu sistema econômico são hoje conseguidos de forma não sistemática, através de doações, trocas e compras junto aos Postos Indígenas, bases da FAB, visitantes, (fazendeiros) fazendas e outros circuítos de contato.

O aumento da pressão da sociedade regional torna ainda mais premente a busca de um preparo dos grupos Xinguanos para o contato interétnico. Tal preparo deve buscar em última instância uma interação simétrica dos índios com os diversos agentes da sociedade nacional.

Uma preocupação constante da comissão é de que as inovações, a serem introduzidas, sejam compatíveis com a lógica da estrutura social indígena.

A produção de um excedente, pelos índios do Xingu, deve ser abordada como uma forma de proteção do nível de bem estar por eles atingido e, que dificilmente, pode ser encontrado na sociedade nacional brasileira. A mudança econômica deve dirigir-se não a uma produção em escala empresarial, mas à criação de uma economia de subsistência capaz de produzir excedentes para mercado, destinados a aquisição dos bens indispensáveis, o que significa a transição para uma economia de tipo parcialmente Camponês.

Os indicadores utilizados para se auferir esse nível de bem estar foram:

1)- nutrição e saúde;
2)- tempo de trabalho em atividades produtivas;
3)- convívio social harmônico;
4)- equilíbrio com o ambiente natural, entendido com um patrimônio indispensável à sobrevivência dessas sociedades.

Foram debatidos com o Chefe Raoni e com o sertanista Cícero Cavalcante problemas relativos a situação dos índios Mentuktire do norte do Parque do Xingu.

A Comissão apresenta as principais recomendações para o Desenvolvimento Comunitário do Parque do Xingu.

I - EDUCAÇÃO

A educação deve estar voltada em parte para os problemas de consumo de bens industrializados, seu valor monetário e valor de uso, isto é, uma educação para interação com a sociedade nacional também do ponto de vista econômico.

II - MUDANÇA ECONÔMICA

a) - Produtos destinados a subsistência não devem ser destinados ao mercado;

b) - Atividades econômicas voltadas para o mercado não devem ser incompatíveis com a lógica da economia indígena;

Sugestões:

1º) Fruticultura
2º) Artesanato

c) - As inovações devem ser introduzidas aos poucos ao longo dos anos, e a partir da solicitação dos grupos indígenas;

d) - A eleição de mecanismos comerciais deverá ser realizada progressiva, gradual e lentamente, à medida em que as inovações forem introduzidas;

e) - Qualquer nova atividade deve ser solicitada e gerida pelos próprios índios;

f) - Não deve ser implantado qualquer projeto, especialmente, pecuário de caráter empresarial;

g) - A aquisição de bens civilizados deverá ser realizada informalmente junto ao Posto Indígena, de preferência sem a necessidade de uma cantina formal;

h) - O trabalho para a produção de mercado deve ser articulado com os períodos de baixa atividade de produção para subsistência e ritual.

III - PESQUISA

a) - Pesquisa básicas sobre Geologia, Geotecnica, recursos hídricos, ecologia e pedologia;

b) - Pesquisas nos grupos indígenas, dos três núcleos do Parque do Xingu, sobre antropologia econômica, enfatizando a articulação com os Postos Indígenas;

c) - Pesquisas sobre utilização do tempo de trabalho, avaliando-se a possibilidade de produção de excedentes.

IV - SITUAÇÃO ESPECÍFICA DOS METUKTIRE

a) - Que sejam reestudados os limites noroeste do Parque do Xingu, de forma a incluir a área do "CAPOTO" (Campo);

b) - Que sejam identificados e protegidos os índios Püröre;

c) - Os estudos propostos sobre redefinição de limites devem ser realizados com a participação do capitão Raoni, Sertanista Cícero Cavalcante, antropóloga Vanessa Lêa. A utilização de fotografia aérea é desejável.

V - INFRA-ESTRUTURA

a) - A criação de uma infra-estrutura "pesada" a alvenaria deve ser evitada;

b) - A introdução de energia oriunda de fora da área do Parque deve ser evitada;

c) - Nas construções devem ser usadas materiais locais;

d) - As estradas internas devem ligar as aldeias aos cursos d'água navegáveis e quando for o caso entre si. As estradas devem ser de barro;

e) - Todas as atividades acima devem ser implantadas em conjunto com as comunidades indígenas e com a sua participação;

f) - A comissão recomenda incisivamente a não instalação de poços artesianos e bombas hidráulicas.

VI - TERRA E TERRITÓRIO

a) - Qualquer atividade de Desenvolvimento Comunitário não terá o menor sucesso sem uma base territorial adequada.

A comissão recomenda uma clara e precisa definição dos limites do Parque e sua intransigente defesa;

b) - A definição e demarcação dos limites acima deve ser realizada de acordo com a comunidade indígena, e assessoria de especialistas na economia da tribo envolvida;

c) - Deve ser retomada a discussão de território Mentuktire, durante a reunião sobre as reservas Kayapó, pois os Mentúktire-Txukahamãe fazem simultaneamente parte da problemática xingüana e Kayapó.

VII - CONSELHO ASSESSOR

A complexidade do sistema intertribal e interétnico do Alto Xingu e seu adequado equacionamento exige uma assessoria permanente, hoje possível por ser essa uma das áreas melhor conhecidas do ponto de vista antropológico e lingüístico. Por outro lado, novas pesquisas sobre aspectos não explorados são indispensáveis como base para uma orientação racional da política indigenista na região, não devendo essas pesquisas restringir-se a lingüística e antropologia, para entrar decisivamente no campo das ciências geográficas e naturais especialmente para o conhecimento da ecologia local. Assim sendo, considera esta Comissão indispensável a constituição de um Conselho Assessor do Parque Indígena do Xingu, a ser composto por:

a) - Um antropólogo, especialista na região, indicado pela Associação Brasileira de Antropologia;

b) - Um lingüista, especialista na região, indicado pela Associação Brasileira de Lingüística;

c) - Um ecólogo, com experiência de trabalho científico de campo no Xingu;

d) - Um médico com experiência da área (U.P.M.).

Esse Conselho Assessor deverá poder solicitar a contribuição de outros especialistas para questões específicas, tribais ou não e colaborar estreita e formalmente com o Diretor do Parque Indígena do Xingu, e representantes do DGPC, ASPLAN, DGO, DGPI e PJ, de a que seja mantida a visão de conjunto na abordagem de questões setoriais. Nesse sentido, deve-se estimular a celebração de convênios com Instituições Especializadas, em particular Universidades, Museus e outros Órgãos de Pesquisa, nacionais e regionais, ouvindo-se necessariamente o Conselho Assessor.

"ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE ATIVIDADES INTEGRADAS VISANDO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO PARA O PARQUE XINGU".

(Proposição de Jeronymo Luisello Teixeira Vianna)

1. Levantamento das potencialidades naturais e detectação de desequilíbrio ecológico, se houver para desmatamento, barragens, invasões etc. Este item nos daria subsídios para manter o "habitat" natural incolume, além de possibilitar recomposição da ecologia elaborando projetos de reflorestamento ciliar, em formação de seringais, castanhais, áreas de babaçu, buriti, madeiras nobres etc, visaria também matéria básica para artesanato, pequi, mangaba, buriti;

2. Detectação dos anseios das comunidades indígenas com relação a introdução de novas culturas, ampliação das roças existente em qualquer atividade que se pretenda introduzir. Isto definiria o universo de cada nação índia e serviria de subsídios para estratégia a ser adotada pelos serviços de extensão;

3. Influência da sociedade envolvente à nível regional nas atividades do Parque Xingu. Envolvimento sócio-econômico das nações no meio ambiente externo;

4. Levantamento do atual desempenho das roças agrícolas e hábitos tradicionais;

5. Levantamento e atualização de dados básicos (solo, clima, etc) para elaboração de ante-projetos agropecuários, hortigranjeiras, frutícolas etc, que se fizerem necessários, desde que integrados à nível de Parque visando subsistência inicialmente;

6. Implantação de "campos de observação" e "campos de demonstração" das culturas eleitas em função da tendência da área (etc) anseios da comunidade e manutenção da realidade ecológica;

7. Definição de pacote tecnológico para produto/área;

8. Eleição das áreas e prioridades para elaboração e implantação dos projetos executivos. Sempre observando as épocas de plantios alternados, e variedades de cultura entre áreas a fim de ser mantida a constatação da produção o ano inteiro;

9. Criação dos "Clubes Agrícolas Indígenas" para conscientização da comunidade infantil para práticas agrícolas e culturais;

10. Introdução nas escolas de subsídios culturais e noções básicas agrícolas, associativistas, comerciais, educacionais, sanitárias;

11. Envolvimento ou não de órgãos assistenciais e de (EMATER, SUDEPE, EMBRAPA, UNIVERSIDADES) com treinamento indigenista.

Acervo ISA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Fundação Nacional do Indio

PARQUE INDÍGENA DO XINGU

1980

Municípios de Barra dos Garças e Chapadas dos Guimarães — MT

LEGENDA

- — LIMITE DO DEC. 63.082 de 06/08/68
- — LIMITE DEMARCADO EM 1972.
- — LIMITE DO DEC. 68.909 de 13/07/71

PIDIAUARUM

- — ALDEIA KAYABI
- — ALDEIA TAPAYUNA
- — ALDEIA KREEN AKÁRORE
- — ALDEIA SUYA (caiapó)
- — ALDEIA JURUNA

- — POSTOS INDÍGENAS
- — PI. LEONARDO, DIAURUM, KRETIRE, JARINA
- — Grupos tribais com posse milenar da terra.
- [ ] — Grupos submetidos a transferencia para área do PQXIN, marginais à área xinguana:

KREEN-AKARORE (1974)
TAPAYUNA (1970)
KAYABY (1955-1960)

ESCALA: 1 : 1.000.000

N